

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Curso de Especialização: Gênero e Diversidade na escola

Gabriela Espíndola Bitencourt Lopes da Silva

Mulheres e docência: fatores identitários da profissão docente

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola
2016

Gabriela Espíndola Bitencourt Lopes da Silva

Mulheres e docência: fatores identitários da profissão docente

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de especialização: Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola
2016

MULHERES E DOCÊNCIA: FATORES IDENTITÁRIOS DA PROFISSÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização: Gênero e Diversidade na Escola com o requisito de obtenção do título de especialista.
Sob a Orientação da Tutora e Professora: Isabella Yumi

Yumi Garcia dos Santos - Orientadora (DSO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Departamento de Sociologia.

Isabella Tymburibá Elian UFMG (Professora-Tutora) UFMG

Banca examinadora

Dedico este trabalho à minha família imensamente amada e ao meu marido Pablo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela motivação e coragem de seguir em frente e batalhar por todas as conquistas que tive até aqui, às Orientadoras Isabella e Yumi. Agradeço em especial ao meu marido, Pablo pelo carinho, compreensão e pela dedicação. E por fim a minha amada família.

“Não somos apenas o que pensamos ser. Somos mais; somos também, o que lembramos e aquilo de que nos esquecemos; somos as palavras que trocamos, os enganos que cometemos, os impulsos a que cedemos, ‘sem querer’.”
Sigmund Freud

RESUMO

Este trabalho possui o objetivo geral de investigar porque as mulheres predominam no campo da docência no ensino fundamental em Minas Gerais; apresentar o panorama geral sobre o número de professoras e professores no Brasil e em Minas Gerais; conceituar as vertentes identidade e diferença; discutir sobre a mulher no campo da docência levando em conta fatores identitários. Pode-se inferir que a partir das considerações de Silva (2000), que a identidade é produzida num contexto social e cultural isto é ilustrado no âmbito nacional no que se refere a incidência de aproximadamente 82,51% de mulheres no ensino fundamental no Brasil em contrapartida aproximadamente 18,79% é a representação dos homens nesta mesma modalidade de ensino. O fator identitário também não foi diferente em Minas Gerais, pois verifica-se a incidência de um fragmento significativo do número de mulheres na profissão de professor (a), isto pode ser destacado e representado aproximadamente 86,47% de um segmento significativo de mulheres na profissão de professor (a) no ensino fundamental e 12,53% representados, aproximadamente por homens na mesma modalidade de ensino. Ao levar em conta o fator identitário percebe-se que Louro (1997) corrobora que a escola é atravessada por “gêneros” e que deve-se pensar na instituição escolar a partir da ótica social. Neste caso, considera-se que para um fragmento significativo de mulheres existem fatores inerentes a sua identidade que as proporcionam a escolha de serem professoras, fatores esses que também se modificaram ao longo dos séculos, assim como a sociedade também se modificou, e que a escolha de ser professor (a) possui um caráter identitário o qual é enxergado na profissão docente de forma mais acentuada no ensino fundamental.

Palavras-chave: Mulher; docência; identidade.

ABSTRACT

This work has the overall objective to investigate why women predominate in the field of teaching in basic education in Minas Gerais; present the overview of the number of teachers and professors in Brazil and in Minas Gerais; conceptualize the strands identity and difference; discuss women in the field of teaching taking into account factors identity. One can infer that from Silva considerations (2000), that identity is produced in a social and cultural context that is illustrated at the national level as regards the incidence of approximately 82.51% of women in elementary education in Brazil on the other hand approximately 18.79% is the representation of men in this same mode of teaching. The identity factor was also no different in Minas Gerais, because it turns out the incidence of a significant fragment of the number of women in the teaching profession (a), this can be highlighted and represented approximately 86.47% of a significant segment of women the teaching profession (a) in primary and 12.53% represented approximately by men in the same mode of teaching. By taking into account the identity factor is noticed that Louro (1997) confirms that the school is crossed by "genres" and that should be considered in schools from the social perspective. In this case, it is considered that for a significant fragment of women are inherent in its identity factors that provide the choice of being teachers, factors that also have changed over the centuries, and the company has also changed, and that the choose to be a teacher (a) has an identity character which is enxergado in the teaching profession more sharply in elementary school.

Keywords: Women; teaching; identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 PROFESSORAS E PROFESSORES DO BRASIL.....	14
2.1 Representação de professoras e professores em Minas Gerais.....	16
2.2 Semelhanças e diferenças nas profissões.....	17
3 IDENTIDADE E DIFERENÇA.....	21
3.1 Conceito de gênero.....	26
4 BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO DOCENTE.....	31
4.1 A mulher na docência.....	36
4.2 Fatores identitários da profissão docente.....	42
5 CONCLUSÃO.....	49
REFERENCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO:

Este trabalho possui o objetivo geral de **investigar porque as mulheres predominam no campo da docência no ensino fundamental em Minas Gerais**. Para tanto é importante que se faça uma análise da população de professores no âmbito do território estadual e também no nacional, a partir de uma revisão bibliográfica, com a finalidade de demonstrar a disparidade da composição de professores separados por gênero neste âmbito e esclarecer fatores determinantes que levam mais mulheres do que homens à formação profissional no campo da docência.

Para que então se possa discorrer sobre o tema proposto nesta pesquisa julga-se relevante **elucidar** sobre a questão: **Porque as mulheres prevalecem no campo da docência no ensino fundamental em Minas Gerais?**

O trabalho possui seus **objetivos específicos**: Apresentar o panorama geral sobre o número de professoras e professores no Brasil e em Minas Gerais; Apresentar e conceituar as vertentes identidade e diferença bem como o conceito de gênero; e por fim descrever um breve histórico da profissão docente e discutir sobre mulher no campo da docência levando em conta fatores identitários de um segmento de mulheres que optam por esta profissão;

Faz-se a ressalva que este trabalho **se justifica** por esclarecer a relação de diferença existente entre o gênero feminino e masculino na profissão docente bem como os determinantes que podem contribuir para a futura profissão de mulheres e homens.

Aqui cabe referir nesta **justificativa** que esta questão apresentada é algo pessoalmente percebido ao longo dos anos, desde o ensino fundamental foi percebido que a maioria do corpo docente era composto pelas professoras e que não havia nenhum professor, isto ocorreu até o ensino médio onde havia a participação de um professor de educação física no corpo docente, mas que aposentou pouco depois de minha formatura no ensino médio. Esta é uma percepção pessoal enquanto aluna e observadora que questionou: porque há mais professoras do que professores de forma generalizada antes de uma pesquisa formal.

Portanto escolheu-se o Estado de Minas Gerais para se comparar ao Brasil, isto porque é onde resido e também onde se encontra a instituição UFMG. Através destas reflexões, antes de construir formalmente um problema de pesquisa notou-se uma diferença, ou quem sabe uma identidade de um segmento significativo de mulheres no ensino fundamental no campo da docência.

Como **metodologia** de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica qualitativa que é considerada um tipo de busca por uma resposta ou pela solução de um problema através da interpretação de fenômenos e atribuições de significados os quais representam uma descrição do tema proposto tendo como foco o processo de significados (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010).

É possível afirmar que esta pesquisa também possui um caráter quantitativo pois é feita uma análise quantitativa a partir de dados secundários que utilizam técnicas à luz da pesquisa qualitativa bibliográfica. (KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS, 2010). Considerar uma pesquisa a partir de um método quantitativo segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), ocorre quando é possível traduzir números, opiniões e informações para classificá-los e analisá-los e requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas, neste caso foram utilizados dados em numéricos e em porcentagem.

É ressaltado, que através da análise bibliográfica dos dados secundários quantitativos reunidos do portal do Ministério da Educação - MEC - e da pesquisa realizada pela Unesco pôde-se reconhecer que em Minas Gerais segue uma proporção de professoras semelhante a do Brasil. Esses dados serão ilustrados no primeiro capítulo.

Esta metodologia de pesquisa que foi adotada, também é caracterizada por um estudo exploratório que permite o pesquisador reunir elementos capazes de subsidiar a escolha do objeto de estudo tanto quanto a definição do tema além das justificativas teóricas, assim o pesquisador/aluno confirma e revê o plano de monografia antes delineado (GIL, 2010).

Em referência a esta metodologia de pesquisa adotada neste Trabalho, Gil (2010) afirma que é elaborada com base em material já publicado, incluindo material impresso, dados numéricos, livros e publicações científicas sendo que a vantagem deste tipo de pesquisa é de permitir o investigador a cobertura de conhecimento

científico de maneira ampliada.

Para que pudesse escrever sobre o tema proposto recorreu-se a autores: Jane de Almeida, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Guacira Lopes Louro, Fernanda Castro Manhães, António Nóvoa, Joan Scoot, Frederico Alves Costa, Richard Miskolci, Tomaz Tadeu Silva, que tratam dos temas propostos neste Trabalho de Conclusão de Curso com vistas às semelhanças sob as lentes teóricas.

Para este Trabalho também foi utilizada, de maneira auxiliar, as plataformas de pesquisa denominadas - Scielo.org, repositorio.ispa.pt, periodicos.capes.gov.br/ com o objetivo de buscar o material que adequasse melhor aos objetivos propostos para concluir esta monografia.

Este trabalho apresenta como **hipótese** de que historicamente algumas mulheres identificavam-se com as profissões as quais remetiam as características de passividade, sensibilidade e cuidado. Características estas que remetia ao cuidado com o lar e com as atividades domésticas o que indicou um símbolo conhecido como “a mulher do lar”. Percebe-se que existe uma certa identificação de uma parcela de mulheres com essas características acima citadas e esta identificação ocorre devido a fatores históricos, sociais e culturais construídos na sociedade ao longo dos séculos através da linguagem conforme.

A história dos caminhos que percorrem esta pesquisa foram muitos. Primeiramente, sou psicóloga, graduada em Julho de 2014 pela Pontifícia Universidade Católica - PUC Minas em Arcos/MG e, meados de Agosto, soube através da plataforma EAD “CAED” que haveria uma especialização chamada Gênero e Diversidade na Escola. Acompanhada de meu marido, o qual muito me apoiou, fiz rapidamente minha inscrição. Nesta época ainda não imaginava que esta especialização, juntamente com o início do meu trabalho como psicóloga, conduziria tantas reflexões acerca da temática gênero e raça e em especial sobre a identidade e diferenças entre os sujeitos de maneira geral.

Várias mudanças ocorreram, muitos temas surgiram para o então trabalho de conclusão de curso. Eu, psicóloga, trabalhava com dependentes de substâncias psicoativas e imaginava que era neste caminho que deveria seguir este trabalho. O tempo passou, mudei de cidade pela primeira vez e iniciei outra jornada profissional no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS de Pimenta - minha terra natal - e nesta

época lembrei da minha infância a qual vivenciei nesta cidade. Ao recordar de minha infância, lembrei de uma pergunta que sempre fiz à minha mãe: porque eu não tenho nenhum professor? E logo ela respondia: porque você já tem as professoras, àquelas que você chama de tia. Essa resposta nunca foi suficiente. Com o passar do tempo fui para o ensino médio onde, dentre várias professoras, havia um professor de educação física que aposentou em pouco tempo e foi substituído por uma professora. Na Universidade pensei que todo este cenário da escola que estudei na infância iria modificar e para minha surpresa modificou, porque ao invés de um professor entre várias professoras haviam dois professores. Parece cômico, mas este foi o trajeto que percorri na tentativa de compreender o porquê de tantas professoras. Ao iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – residindo em Pimenta surge mais uma mudança profissional, foi quando mudei para cidade de Materlândia onde trabalho com consultório particular e também onde consegui finalizar este trabalho. Esta mudança foi necessária e proveniente da classificação do meu marido para um concurso público para psicólogo.

O trajeto durante o curso de especialização Gênero e Diversidade na Escola foi longo devido a tantas mudanças citadas. Mudanças estas que influenciaram, de alguma forma, neste trabalho, pois gostaria de tê-lo aprimorado com uma pesquisa de campo, porém as circunstâncias provenientes de mudanças de cidade em cidade não me permitiram ao menos iniciar esta pesquisa de campo. Decidi, então, fazer a pesquisa bibliográfica com um caráter secundário de uma pesquisa quantitativa de que trata o primeiro capítulo, pois ao longo do trabalho eu quis demonstrar e entender, teoricamente, a disparidade entre professoras e professores no Estado em que moro.

Por fim, com o apoio do meu marido, com a orientação das professoras e orientadoras Isabella e Yumi, as reflexões das aulas da professora/tutora Juliana Diniz e com o suporte de Gabriel Mascarenhas, foi com grande prazer que trouxe uma questão de infância para um Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG! Espero que através deste trabalho possam surgir frutos, como, futuras pesquisas científicas, reflexões sobre a identidade das mulheres ao longo dos anos, e também discussões sobre as desigualdades sociais que muitas mulheres enfrentam em suas profissões enquanto professoras,

pesquisadoras, psicólogas e profissionais de maneira geral, na conquista de seu espaço, reconhecimento e valorização.

2 PROFESSORAS E PROFESSORES DO BRASIL

Para realizar um estudo sobre por que as mulheres prevalecem no campo da docência no ensino fundamental em Minas Gerais é importante que se faça uma breve análise da população de professores no território estadual e também no território nacional para que se faça uma comparação entre a representação de docentes por gênero em ambos os cenários, atendendo-se para as convergências ou divergências dos mesmos entre País e o Estado de Minas Gerais. Esta comparação foi escolhida para verificar se ocorre no Brasil o que ocorre em Minas Gerais e realizar uma comparação.

Uma pesquisa Nacional realizada pela Unesco em 2004 que traz em destaque o perfil dos professores (as) brasileiros: o que fazem, o que pensam e o que almejam, enfatizou em seus objetivos o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que possam subsidiar a construção políticas públicas no âmbito da educação principalmente no que se refere aos professores (UNESCO, 2004).

A pesquisa ainda ressaltou a importância de reconhecer o papel do professor (a) no Brasil, pois sem estes seria impossível buscar novos sentidos para a vida escolar (UNESCO, 2004). Destaca também o compromisso do professor brasileiro na busca pela cultura da paz, solidariedade e respeito às diversidades (UNESCO, 2004).

A pesquisa referida julgou como desafio, analisando o perfil de professores (as) no Brasil nos seus 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, do ensino fundamental e médio, o objetivo de demonstrar quem são os docentes atuantes no País: suas diferenças de gênero, idade, como eles atuam, quais são suas percepções de mundo social, profissão, alunos, e encontraram, nesta pesquisa, pontos importantes para ações voltadas ao aprimoramento e à democratização da educação, tal democratização é um direito fundamental de todos inclusive de mulheres e homens (UNESCO, 2004).

É ressaltado que ao trabalhar com o termo “diferença de gênero” ou mesmo “gênero”¹ isoladamente, a referida pesquisa reporta-se à diferença entre mulheres e

1

O conceito de gênero será exposto no segundo capítulo

homens especificamente no campo da docência.

Em seguida serão apresentados alguns dados expositivos da pesquisa feita pela Unesco em 2004 para ilustrar melhor este trabalho de conclusão de curso. Lembrando que os dados mais relevantes que serão discutidos justificam-se na predominância da mulher na docência no ensino fundamental de Minas Gerais.

Serão utilizadas também as referências encontradas no portal do MEC, no estudo “censo dos professores” realizado em 2007 para que tenha-se uma margem de comparação.

Inicialmente será tomado como ponto de partida o tamanho da população de professores (as) no Brasil e também a sua composição por gênero para melhor compreensão da diferença entre a incidência de professores no ensino fundamental e no ensino médio.

Agora de acordo com os dados obtidos da Unesco (2004), no que tange à distribuição dos professores (as) em relação à etapa do ensino, estima-se que dos 1.698.383 professores (as) atuantes, uma parte correspondente à 1.258.357 (aproximadamente 74,09%) atuam no ensino fundamental e 440.026 (aproximadamente 25,91%) no ensino médio. Aqui percebe-se maior incidência de professores (as) – de forma geral, mulheres e homens – no ensino fundamental do que no ensino médio do Brasil.

Então, no que se refere à divisão da população quanto ao gênero, o estudo aponta que 81,3% dos professores (as) que compõem a amostra nacional são mulheres e 18,6% são homens (UNESCO, 2004), incluindo o ensino fundamental e o ensino médio, isto significa que são aproximadamente 1.375.690 mulheres - professoras e 315.899 são homens - professores o que demonstra uma discrepância muito grande relacionada à representação da população estudada dividida pelo gênero dos participantes, isto significa que juntando o ensino fundamental e o ensino médio há maior representatividade de mulheres no âmbito docente.

No Censo de professores (as) realizado no ano de 2007, publicado no portal do MEC, no que tange à separação de professores (as) por gênero no ensino fundamental e no ensino médio, aproximadamente 82,51% são mulheres, professoras do ensino fundamental em todo o Brasil e aproximadamente 18,79% são homens, professores do ensino fundamental no País. Ao referir sobre o ensino

médio os dados apontam que aproximadamente 64,4% são mulheres, professoras do ensino médio de todo o País, e aproximadamente 35,6% são homens, professores do ensino médio do Brasil (BRASIL, 2007). Aqui percebe-se portanto, que a incidência de professoras, das mulheres, no ensino fundamental é maior que no ensino médio, e que também as mulheres representam uma parcela maior do número de professores do que os homens em ambas modalidades de ensino em todo o Brasil.

Até aqui, entende-se que, de acordo com a Unesco (2004) e com os dados obtidos do portal do MEC do censo dos professores de 2007, a maior representação de professores (as) encontra-se no ensino fundamental e que é nesta modalidade de ensino que também é encontrado maior concentração de professoras, mulheres. Isto demonstra a larga diferença relacionada à representação da população de docentes estudada dividida entre mulheres e homens em todo o Brasil levando em conta o ensino fundamental e o ensino médio.

2.1 Representação de professoras e professores em Minas Gerais

Neste momento será destacado a relevância da apresentação dos dados que equivalentes o estado de Minas Gerais assim como foi apresentado os dados do Brasil para verificar a possibilidade de existir uma margem proximal ou distante de comparação de ambos os dados.

Ao ser destacado a composição da população no Estado de Minas Gerais, a Unesco (2004), informa que existem aproximadamente 207.175 docentes (mulheres e homens) em atividade, que estão distribuídos da seguinte forma: deste total, aproximadamente 75,98% dos docentes (mulheres e homens) atuam no ensino fundamental e 24,02% dos mesmos atuam no ensino médio. Neste contexto, assim como ocorre no Brasil, percebe-se maior representação de docentes (mulheres e homens) de maneira geral, ainda sem levar em consideração o gênero, no ensino fundamental do que no ensino médio em Minas Gerais.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, segundo dados obtidos no portal do

MEC, apresentados no censo dos professores de 2007, a representação de professoras, ou seja, das mulheres em Minas Gerais é aproximadamente 86,47 %, e aproximadamente 12,53% são representados os professores, ou seja, os homens na profissão docente. É percebido aqui, portanto, assim como ocorre no Brasil maior representatividade de professoras no ensino fundamental, esta representação também ocorre em maioria no ensino fundamental por mulheres do que por homens em Minas Gerais.

Ainda no Censo de 2007, verifica-se que no ensino médio aproximadamente 67,49% são professoras – mulheres na profissão docente - e aproximadamente 32,51% são professores, homens. É percebido que mesmo no ensino médio a disparidade entre mulheres e homens na docência é relativamente grande, os homens representam menos da metade do corpo docente do ensino médio do estado de Minas Gerais, conferindo assim maior representatividade às mulheres.

Ao verificar o número de professoras do ensino fundamental junto do número de professoras do ensino médio, são aproximadamente 84,84% docentes dessas duas modalidades de ensino, e dos professores, dos homens que atuam nessas duas modalidades de ensino equivalem a aproximadamente 15,16% da população de professores, separados por gênero (BRASIL, 2009). Novamente é ressaltado a partir desses dados a maior representação da mulher no campo da docência no ensino fundamental em Minas Gerais, além do ensino médio.

2.2 Semelhanças e diferenças dos dados apresentados

Na possibilidade de ser comparado os dados expostos é percebido predominância das professoras em Minas Gerais assim como as mesmas predominam o campo docente no Brasil, portanto, a diferença entre docentes do gênero feminino e masculino em Minas Gerais é semelhante à diferença entre docentes do gênero feminino e masculino no Brasil (BRASIL, 2009).

Relembra-se que este Estado foi escolhido porque em Minas gerais, onde se encontra a instituição UFMG e também a representação dos docentes por gênero

segue uma proporção semelhante a do Brasil porém em Minas Gerais há uma concentração de mulheres na docência relativamente maior. Isto pode ser evidenciado através dos dados já expostos neste capítulo da seguinte maneira: é sabido que no Brasil as mulheres são representadas, aproximadamente, no campo da docência levando em conta o ensino médio e o ensino fundamental em 81,94% e que os homens são representados aproximadamente em 18,06%, já em Minas Gerais, as mulheres são representadas em aproximadamente 84,84% também levando em conta as duas modalidades de ensino, e os homens são representados em 15,16% da população de docentes de Minas Gerais conferindo então a semelhança da concentração de professoras no âmbito nacional e em Minas Gerais (UNESCO, 2004).

Os dados acima demonstram a grande expressividade do tamanho da categoria profissional no Brasil e também no Estado, tamanho este que tem sua maior representatividade (tanto com relação à população no âmbito nacional quanto no estadual) relacionada à atividade de docência no ensino fundamental, ou seja, voltada para as crianças menores (BRASIL, 2009).

Até aqui pôde-se perceber que as mulheres, em número, são mais representadas na docência, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, do que os homens. Então, a partir desta constatação será levado em consideração outras ocupações de uma forma bem generalizada para identificar se as mulheres também são representadas, em número, em maior quantidade nas outras ocupações do que os homens no Brasil. (UNESCO, 2004) Isto é realizado referente à população economicamente ativa do cenário brasileiro a qual é representada por 83.243.239 indivíduos: mulheres e homens segundo os dados da pesquisa da Unesco (2004).

Ao recortar esta população economicamente ativa, levando-se em consideração o gênero de seus integrantes, é representada por uma parcela de aproximadamente 41,86% de mulheres e aproximadamente 58,13% de homens (UNESCO, 2004). Isto fica esclarecido de que a representação da mulher, levando em consideração outras ocupações de maneira generalizada, ocupam em menor número o espaço de outras profissões. Agora lembrando que, ao levar em conta o campo da docência, a mulher é representada, compreendendo as duas

modalidades: o ensino fundamental e médio, no Brasil, por 81,3% do total de professores e que o homem, nestas duas modalidades de ensino é representado por 18,6% do total de professores (UNESCO, 2004).

Logo, pode-se conferir que a representatividade das mulheres dentro da ocupação de professor, das duas modalidades de ensino é maior que a representatividade do homem no Brasil (UNESCO, 2004). É muito diferente também a representação das mulheres levando em conta as outras ocupações remuneradas de maneira geral as quais os homens se destacam, em número, sendo a maioria das outras ocupações representadas pelos homens isto implica que ao levar em conta a população economicamente ativa do Brasil as mulheres são menos representativas que os homens (UNESCO, 2004).

As informações até então apresentadas apontam a existência de possíveis determinantes de uma maior representatividade da mulher na profissão de docente, uma vez que a composição da população de professores por gênero difere muito da composição da população economicamente ativa por gênero. Na primeira situação, está evidenciado o favorecimento da participação da mulher, enquanto na segunda, esta se apresenta em desvantagem quando comparada ao homem (UNESCO, 2004).

Ao discorrer sobre a participação da mulher em diferentes segmentos ocupacionais, a UNESCO apresenta que:

De um modo geral, constata-se que a participação das mulheres nos segmentos profissionais se concentra no setor terciário e, mais especificamente, nas áreas de saúde e ensino. Nessas atividades, a presença feminina representa 70% dos postos de trabalho. As áreas de saúde e ensino, juntas, representam cerca de 20% das ocupações brasileiras, sendo a participação das mulheres de 16,8%, contra 3,4% de homens (PNAD apud UNESCO, 2004, pág. 46).

Além do mais, voltando-se o olhar para a situação específica da educação, considera-se que a maior proporção das professoras se encontram atuando no ensino fundamental, enquanto a parcela dos professores atuantes no ensino médio, composta por homens, pouco aumenta (UNESCO, 2004).

Associando isso à distribuição dos professores por etapa de ensino, verifica-se que a mulher é mais representativa justamente no segmento populacional maior (o dos professores do ensino fundamental), o que evidentemente corrobora com a

sua maior representatividade na população como um todo (UNESCO, 2004).

Até aqui, pôde-se perceber que a mulher é predominante no ensino fundamental tanto a nível nacional quanto a nível estadual e levando em conta a população economicamente ativa no Brasil, ainda sim, a mulher tem sua representatividade predominante no campo da docência nas duas modalidades de ensino (UNESCO, 2004).

Para que se possa discorrer sobre a representatividade da mulher em maior incidência no campo da docência e explicar tal disparidade entre mulheres e homens neste mesmo campo de atuação utilizar-se-á as vertentes identidade e diferença enquanto lente teórica que possibilita a compreensibilidade sobre a relação de diferença entre os indivíduos bem como seus fatores identitários levam-nos à escolha profissional de professor e professora.

Segue-se no segundo capítulo a conceituação das vertentes teóricas: identidade e diferença para melhor compreensibilidade deste fenômeno que assemelha o Brasil e Minas Gerais relacionado à mulher no campo da docência além do esclarecimento sobre o conceito de gênero.

3 IDENTIDADE E DIFERENÇA

A partir dos dados citados no primeiro capítulo, é considerável observar que a mulher tem maior participação profissional no ensino fundamental do que os homens no Brasil e em Minas Gerais. No segundo capítulo conceituar-se-á as vertentes: identidade e diferenças para contribuir na compreensibilidade desses dois fenômenos que ocorrem nas relações entre os indivíduos: mulheres e homens. Será definido também o conceito de gênero.

Primeiramente é conceituado sobre a identidade que de acordo com Hall (1992) a identidade é construída e desconstruída socialmente pelos indivíduos e pelo meio que estão inseridos, logo, pode-se afirmar que a identidade não é algo fixo, homogêneo e definitivo, é como uma fragmentação. Um só indivíduo pode pertencer a várias identidades (dependendo do contexto social que está inserido) pois, não só ele se identifica com o meio, mas o próprio meio o identifica.

A identidade é construída pela representação da linguagem, das relações de poder que o ambiente têm. A identidade também pode ser definida levando em conta os aspectos históricos dos indivíduos e não apenas os aspectos biológicos, assim o indivíduo assume diferentes identidades em diferentes momentos da sua vida (HALL, 1992).

Com um ponto de vista semelhante, os autores Faria e Souza, (2011) definem identidade como um caráter dinâmico, partindo do princípio de que há uma fusão da história do indivíduo com o contexto social e cultural. A partir deste caráter dinâmico, a identidade pressupõe traços do indivíduo, padronizados pela cultura, entendidos como singulares de cada um, mas que foram construídos a partir da igualdade e da diferença no meio social e cultural (FARIA; SOUZA, 2011).

Na sociedade, atualmente, o indivíduo se depara com inúmeras e fragmentadas identidades temporárias, sofrendo a influência das formas como é representado ou interpretado pelos diferentes sistemas culturais de que toma parte. Assim, para os autores Faria e Souza (2011) é dentro desse contexto de mutação da identidade que ocorre a desconstrução de identidades sólidas do passado e criam-

se possibilidades de construção desenvolvimento da identidade de novos indivíduos (FARIA; SOUZA, 2011).

Até aqui percebe-se que ambos autores - Hall, (1992); Faria e Souza, (2011) - ao conceitualizar identidade, levam em conta aspectos sociais, bem como biológicos e culturais, ressaltando a relação de identidade e diferença, e as fragmentações da identidade, assim, compreendendo a identidade como algo singular do ser humano.

Já para Silva (2000) o conceito de identidade é simplesmente aquilo que se é, como em uma afirmação daquele que é negro ou é branco, é brasileiro ou é estrangeiro, é mulher ou é homem. Parece, portanto, carregar certa definição do que é positivo ou do que é negativo, isto é, quando se afirma ser mulher se nega ser homem. Na mesma linha de observação a diferença é descrita como independente, mas, neste caso, trata-se daquilo que o outro é: “ele é negro”, “ela é mulher”, “ele é homem”. Logo, percebe-se que aqui, Silva (2000) trabalha estes dois conceitos de maneira dependente, isto é, compreende-se, nas perspectivas do autor, que a identidade é o ponto que origina relativamente as definições de diferença.

Aqui depreende-se que o autor – Silva, (2000) - ressalta que tanto a identidade quanto a diferença podem ser afirmadas e negadas. Assim que um ser humano se diz diferente porque é mulher, afirma ser uma mulher, e portanto, nega ser um homem. Neste exemplo paradoxal percebe-se novamente a singularidade do indivíduo.

Silva (2000) ressalta que identidade e diferença são os resultados do ato de uma criação linguística feita pelos indivíduos e que ambas partilham de importantes características podendo-se afirmar que são elementos da mesma natureza.

Se a identidade e a diferença são elementos de uma mesma natureza, para o autor, identidade e diferença, são produzidas pelos indivíduos e não são essências que estão para ser reveladas, descobertas, repetidas ou até mesmo toleradas ativamente (SILVA,2000).

A identidade e a diferença, portanto, são vistas pela ótica de uma linguagem que leva em consideração os fatores sociais e culturais. Somos nós, os seres humanos, que fabricamo-las no contexto social e cultural através da linguagem. Nas palavras do autor Silva (2000):

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como "fatos da vida", com frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais (SILVA, 200, p.76-77).

A identidade e a diferença então são compreendidas aqui dentro de um sistema de significação que por sua vez vai adquirindo sentido e são contextualizados numa cultura e numa sociedade a partir da linguagem, ou seja, é através do discurso dos indivíduos que existe uma composição social e cultural construída a partir da linguagem (SILVA, 2000).

Compreende-se que para Silva, (2000) a identidade e a diferença são atos linguísticos logo, aquilo que está no discurso do indivíduo é fruto da composição social e cultural que ele está inserido. Os indivíduos estão expostos à características que vão se apropriando através daquilo que é possível se afirmar e negar.

Sabendo que a identidade e a diferença são resultados do processo discursivo, tal é, que as diferenciações linguísticas - em que são produzidas - estão longe de ser simétricas, isto porque, a identidade e a diferença fazem parte de uma relação social sujeita a condução das relações de poder (SILVA, 2000).

Pode-se afirmar através das considerações de Silva (2000) que a identidade e a diferença estão ligadas às relações de poder; poder de definição, afirmação, negação o que procede na demarcação das diferenças.

Podemos dizer que onde existe diferenciação - ou seja, identidade e diferença - aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir ("estes pertencem, aqueles não"); demarcar fronteiras ("nós" e "eles"); classificar ("bons e maus"; "puros e impuros"; "desenvolvidos e primitivos"; "racionais e irracionais"); normalizar ("nós somos normais; eles são anormais") (SILVA, 2000, p.80-81).

Tecer sobre a identidade e diferença é o mesmo que afirmar suas demarcações, é percebido em Silva (2000) que quando é reconhecido esta demarcação sempre há relações de incluir e excluir, isto é, relações sobre aquele

que pertence ou não pertence um grupo social sobre aquele que está incluído ou excluído do mesmo.

No que tange as considerações do autor, a relação de poder ocorre porque o indivíduo em si, na relação de diferença de si sobre o outro, tem o poder de identificar-se a determinado grupo social, cultural, bem como identificar-se enquanto mulher e enquanto homem (SILVA, 2000).

Percebe-se que o autor discute sobre a identidade e diferença entre os indivíduos e é enfático ao descrever que a identidade e a diferença são produzidas através da linguagem. Enfatiza também que os indivíduos são produtores da linguagem concomitante da identidade e da diferença (SILVA, 2000).

No que tange esta conceituação, Silva (2000) salienta que os indivíduos submetem às relações de inclusão e exclusão num contexto social ao definirem-se por meio da linguagem. Isto leva a entender que a mulher e o homem podem se incluir ou excluir na sociedade como um todo através de atos linguísticos, ou seja, mulheres e homens são produtores daquilo que se identificam no meio social e também do que é produzido através da linguagem num dado contexto sociocultural onde há possibilidades de demarcações de diferenças e semelhanças.

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. "Nós" e "eles" não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes "nós" e "eles" não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder (SILVA, 2000)

Para Silva (2000), classificar as diferenças significa fazer uma divisão entre "nós" e "eles", e isto é visto pelo autor como um possessivo central na vida social do indivíduo. Ressalta que o indivíduo também é compreendido como produto linguístico, ato de significação que possibilita se afirmarem, negarem, dividirem, ordenarem seu mundo social.

Semelhante ao que o autor Silva (2000) coloca Costa (2014) corrobora, em seu texto - *igualdade e diferença*, definindo, brevemente, ao apresentar a disciplina: Igualdade e diferença do curso de pós graduação gênero e diversidade na escola, que a identidade e diferença não podem ser separadas pois, são ativamente

construídas pelos indivíduos e também nomeadas no contexto de determinada cultura.

Em seu texto, Costa (2014) acrescenta que identidade e diferença não podem ser elementos da mesma natureza independentes da cultura, logo, não há um significado inerente ao indivíduo sozinho, pois este, ganha significado em um sistema simbólico existindo significação dentro da linguagem e na cultura que está inserido.

Não poderia deixar de apresentar a conceituação de identidade feita por Bauman (2005). O autor aprecia que identidade não é algo concreto, com solidez, assim como uma rocha é; e também não é garantida por toda existência, é pois, negociável e revogável com relação às decisões tomadas pelos indivíduos bem como seus caminhos percorridos e a maneira de agir. A determinação do indivíduo, então, não deve ser em manter-se firme, e sim permitir-se alternativas.

O autor realça que a identidade não é um conceito estático, ou seja, ela não possui a solidez perpétua, mas sim a finitude de um mecanismo que exerce um poder de transformação contínua, e ainda faz uma metáfora:

Estamos agora passando da fase “solida da modernidade para a fase “fluida”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influencia até mesmo das menores forças BAUMAN, Zygmunt, *Identidade: Entrevistaa Benedetto Vecchi Zygmunt* p 58.

Uma identidade para Bauman, (2005) portanto, não poderia ser coesa, nem firmemente fixada, pois se assim o fosse seria como um fardo, uma repressão que limitaria a liberdade de escolha do indivíduo. É importante ressaltar que Bauman (2005) contextualiza suas afirmações sobre identidade dentro das mudanças que ocorreram na modernidade.

Os conceitos até aqui trabalhados – identidade e diferença – enriqueceram este trabalho, considerando as diferenças enquanto marcadores no processo de identificação entre mulheres e homens, bem como identificação com o papel que desempenham no contexto social, cultural e profissional. Percebe-se o enriquecimento de conceituação que os autores trazem até aqui.

3.1 Conceito de gênero

Com o objetivo de responder a questão bem como esclarecer a temática da pesquisa relembra-se que foram apresentados dados estatísticos do panorama geral em relação ao número de professoras e professores do Brasil e de Minas Gerais a partir do detalhamento bibliográfico que demonstraram que as mulheres, no Brasil, representam aproximadamente 81,94% da profissão docente e que os homens representam, aproximadamente 18,06% da profissão levando em conta as duas modalidades de ensino: fundamental e médio (BRASIL, 2009).

Verifica-se que em Minas Gerais há uma semelhança em relação a esta porcentagem porém com uma concentração de mulheres maior que no Brasil, isto é: aproximadamente 84,84% são professoras nas duas modalidades de ensino em Minas e 15,16% são professores no ensino fundamental e médio no Estado (BRASIL, 2009). Isto implica à questão inicial e incentiva descrever sobre esta profissão atravessada por gêneros (LOURO, 1997).

A concepção de identidade e diferenças, até aqui trabalhadas sob a óptica conceitual, esclareceram a singularidade do ser humano enquanto diferente dos demais, aqui, especificamente, destaca-se a diferença de mulheres e homens no campo da docência (BRASIL, 2009).

Sem que haja dúvidas e reducionismo a respeito do conceito de gênero, ele será descrito. É importante ressaltar que, neste trabalho, o conceito de gênero será atribuído às diferenças existentes entre mulheres e homens no que tange aspectos tanto, históricos, sociais e culturais.

A partir de agora conceitua-se, neste segundo tópico do segundo capítulo, o conceito de gênero para melhor compreender as discussões sobre a entrada da mulher no campo da docência.

Gênero portanto, não será aqui reduzido apenas as diferenças sexuais, mas sim será levado em conta de que forma os aspectos históricos, sociais e culturais contribuíram para identificação de um fragmento significativo de mulheres com o campo da docência e porque historicamente esta profissão foi atravessada por gêneros conforme já afirmado (LOURO, 1997).

Segundo os autores Cabral e Diaz, (1998) o conceito de gênero no campo científico é referido sob uma construção de relações sociais entre um segmento significativo de mulheres e outro segmento de homens sendo que o produto destas relações é resultado das diferenças biológicas, históricas, sociais e culturais por exemplo: “ela se constitui mulher, enquanto o outro se constitui homem” referindo assim aos papéis de ambos num dado contexto social que pode ser modificado de acordo com o tempo e a sociedade desde o nascimento até a vida adulta:

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o (a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo com a expectativa começa a preparar o enxoval de acordo com o sexo. Dessa forma cor de rosa para as meninas e azul para os meninos (Cabral; Diaz, 1998, p. 1).

Cabral e Diaz (1998), ao descrever sobre o conceito de gênero e o produto de suas relações, reforçam a ideia de que meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis, o que está diretamente relacionado com o papel de mãe dona de casa e conseqüentemente dotada de responsabilidades com as tarefas que se relacionam com o cuidado com a casa e com os filhos.

Neste aspecto é percebido, a partir das considerações de Cabral e Diaz (1998) que gênero é um produto das relações entre os indivíduos e que essas relações são construídas e reforçadas no contexto social e cultural, assim, esta consideração, corrobora com as definições sobre identidade de Hall (1992) que afirma que a identidade também é construída no âmbito das relações entre os indivíduos o que leva a entender que um indivíduo identifica com algumas possibilidades do que lhe é imposto socialmente.

Os autores Cabral e Díaz, (1998) também referem-se às diferenças que produzem a desigualdade entre mulheres e homens afirmando que a diferença de gênero faz parte das relações entre os indivíduos e que estas relações nasceram juntamente com a diferença inerente já existente entre ambos: Ela é mulher enquanto Ele é homem (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Um pouco diferente da visão que Cabral e Díaz, (1998) coloca, Joan Scott, uma respeitada autora que foi contribuinte do movimento feminista, historiadora estadunidense, e que foi influenciada pelas correntes pós-estruturalistas em seu

artigo: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, teceu que gênero é escrito ao longo dos séculos nas gramáticas que utilizam deste conceito para evocar traços de caráter sexuais. Ressalta a autora que primeiramente, gênero surgiu do diálogo entre as feministas americanas as quais insistiam no caráter social das diferenças de sexo. A autora indica, sua posição, numa rejeição da determinação biológica no uso de termos como “sexo” ou diferença sexual (SCOTT, 1989).

Descreve Scott (1989), que gênero destacava o aspecto relacional ao definir as normativas da feminilidade. A autora relembra também das feministas que se preocupavam com o fato de que a produção de estudos femininos estavam centrada nas mulheres de forma estreita e isolada e ressaltou que utilizavam o conceito de “gênero” para introduzir a noção relacional enfatizando em sua posição que mulheres e homens deveriam ser definidos em termos recíprocos e não haveria compreensão desses dois indivíduos de maneira separada (SCOTT, 1989). A autora acrescenta que as pesquisadoras feministas marcaram de maneira precoce e que o estudo das mulheres iria acrescentar novas reavaliações, críticas e critérios para os futuros trabalhos científicos (SCOTT, 1989).

A autora Guacira Lopes Louro em seu livro: *Gênero, sexualidade e educação, numa perspectiva pós estruturalista* exprime sobre as características e a instabilidade do conceito de gênero e expõe como este conceito começou a ser usado e que este sofreu transformações ao longo da história e que foi oferecido maior visibilidade ao indivíduo feminino (LOURO, 1997).

Ressalta a autora Louro, (1997) que o conceito de gênero contrapõe o conceito de sexo. Se “sexo” refere-se às diferenças biológicas entre mulher e homem, “gênero” diz respeito à construção social e histórica do indivíduo feminino e do indivíduo masculino, portanto, características e atitudes são atribuídas a cada um deles em cada sociedade. Isto quer dizer que agir e sentir-se como mulher ou como homem depende do contexto social e cultural que o indivíduo está inserido.

A autora Jane Soares de Almeida acrescenta, ainda sobre o conceito de gênero, que existe uma relação de poder na relação de mulheres e homens e que isto pode variar de acordo com a cultura, religião, economia, classe social, raça e momentos da história do indivíduo. Isto forma uma rede de significações que instituem-se e relacionam de maneira integrada no campo da vida cotidiana

(ALMEIDA, 1998).

Esta autora considera que as desigualdades de gênero assim como as desigualdades de idade, classe social, raça efetua práticas de produção e reprodução da discriminação que adquirem forma em todos os segmentos da vida: social, privada, profissional, sexual, etc (ALMEIDA, 1998).

Portanto, para Almeida, (1998) assim como para Scott (1989) e para Louro (1997) a utilização do termo gênero não implica apenas no aspecto biológico demonstrando rejeição a esse enfoque porque ao analisar as relações de desigualdade entre o sexo e a adoção deste paradigma naturalista envolve uma aceitação da relação de subordinação da mulher ao homem baseada na estrutura biológica de cada indivíduo, e isto não pode ser simplificado, deve ser compreendido, portanto, com bases na história, vida social e cultura de cada indivíduo.

Miskolci, (2010) concluindo e enriquecendo ainda sobre o conceito de gênero, evidencia que este nasceu das discussões do movimento feminista e que foi descrito por outros autores de diversas maneiras no Brasil e teve diferentes perspectivas de análise. Evidencia ainda que as discussões acerca de gênero começaram a ganhar *status* quando os valores culturais foram colocados em questão durante o movimento feminista. O autor coloca que, na época que ocorreu o movimento feminista, desafiando as convenções de gênero as mulheres puderam romper com os padrões chamados de “moça bem comportada”, sendo seu destino final a maternidade e o cuidado com o bem estar da família (MISKOLCI, 2010).

Percebe-se que o conceito de gênero não poderia ser tomado como um caráter sólido e resistente mas sim ter um caráter dinâmico, porque nasceu das discussões históricas sociais e culturais elucidadas pelos autores aqui citados, como, Louro (1997), Almeida, (1998) dentre outros. Gênero é um conceito muito delicado, pois quaisquer reducionismo ao seu respeito pode tornar errônea sua definição, logo aqui teve-se o cuidado de descrever e esclarecer o que os autores propuseram a conceituar sobre gênero.

De acordo com a reunião de conceitos dos autores aqui explanadas e para melhor exemplificar o que tange a discussão dos conceitos já definidos sobre identidade, diferenças e gênero é percebido algumas semelhanças entre ambos

conceitos as quais contribuem na constituição do indivíduo.

Pode ser percebido portanto que ambos conceitos: identidade, diferenças e gênero foram construídos socialmente, a partir da construção linguística (SILVA, 2000) num ambiente social e cultural onde os indivíduos se interagem. Ambos os conceitos também não são elementos da mesma natureza como corrobora Costa (2014) pois é definido dentro de um contexto histórico social e cultural e também não tem uma característica sólida de acordo com Bauman, (2005) mas sim passa por transformações ao longo da vida principalmente a identidade porque é construída ao longo da vida do indivíduo, isto faz compreender que gênero algo que é constituído a partir de uma identidade em que o indivíduo constrói, ou seja, em determinado contexto social e cultural o indivíduo passa a identificar-se com alguns elementos e assim passa a fazer escolhas.

Levando em consideração o conceito de gênero, entende-se que este conceito não pode ser resumido às diferenças sexuais como já afirmado pelas autoras Scott (1989) e Louro (1997) e acrescentando uma consideração gênero também possui um caráter dinâmico – assim como é definida identidade por Bauman (2005) – mas diferente das várias escolhas que a identidade possibilita segundo este autor, gênero seria o resultado da identificação de um indivíduo com determinados traços culturais, econômicos e sociais isto fica explícito quando a autora Almeida (1998) destaca que as relações de mulheres e homens podem variar de acordo com o contexto social, cultural e econômico que estão inseridos compreendendo assim uma dinâmica que varia de acordo com o contexto sociocultural do indivíduo.

Adiante, no terceiro capítulo, para melhor compreensibilidade sobre como nasceu a profissão docente, foi feito um breve histórico sobre esta profissão, posteriormente será discutido sobre a mulher no campo da docência bem como os fatores identitários das mulheres que optaram por esta profissão.

4 BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO DOCENTE

Neste terceiro capítulo é apresentado a relação de Identidade e diferença de mulheres e homens dentro da profissão docente, com a finalidade de esclarecer a questão central deste Trabalho, e como o fator identitário levou uma amostra significativa de mulheres a identificar-se professoras; qual é a característica da profissão docente que induz, em maior parte, uma amostra significativa de mulheres a se identificarem com esta profissão e em menor parte, os homens.

Leva-se em conta que um fragmento significativo de mulheres identificam-se professoras de acordo com as características desta profissão e é compreendido que escolher uma profissão é escolher também um modo de vida (BRASIL, 2009), logo, o indivíduo começa a pertencer um grupo que, a partir de seu grau de identificação, tem a possibilidade de trazer-lhe benefícios; as vivências da vida ao longo do cotidiano interferem na forma do desenvolvimento da identidade; a identidade do indivíduo (BRASIL, 2009).

Por isso, inicialmente, é trazido um breve histórico da profissão docente, como nasceu a profissão, quem eram seus atores principais que atuavam como professores e como ocorreu a entrada da mulher na profissão docente tanto quanto sua predominância nesta profissão. Discutir-se-á sobre os fatores identitários que levaram algumas mulheres ao campo da docência.

Levando em conta que a identidade é construída ao longo do tempo sendo uma característica dinâmica do indivíduo (BAUMAN, 2005) é abordado, neste trabalho, os fatores que levaram um segmento significativo de mulheres identificarem-se professoras, ou seja, aquelas que de alguma forma enxergaram na profissão docente uma característica identitária inerente ao seu Eu e ressaltando que esta identidade foi construída ao longa de suas vidas considerando sua história e contexto sociocultural.

Numa edição especial sobre a *profissão docente* em que a TV escola escreveu e publicou uma cartilha no portal do MEC em outubro de 2009 expõe que a profissão de professor é uma atividade tão antiga quanto a vida do ser humano, porém o profissional professor só foi reconhecido como profissional do ensino por

volta de 300 anos, isto é, no século XVIII durante as lutas pela democracia realizadas pela burguesia (BRASIL, 2009). Definir o professor como profissional do ensino foi vinculá-lo a formulação de um currículo para sua formação inerente a pedagogia o que deu início a sua profissionalização (BRASIL, 2009).

Em algumas capitais brasileiras, a partir do ano de 1835, foram estabelecidos os primeiros cursos de formação profissional para professores com a duração de dois anos; formação esta que foi ampliada para cidades do interior em nível secundário (BRASIL, 2009). No Brasil a formação em um curso superior só aconteceu a partir de 1812 após a vinda da família real portuguesa porém ainda eram ofertados apenas cursos isolados que foi se institucionalizar apenas em 1931 (BRASIL 2009).

O percurso não foi assim tão simples, pois a formação do ensino de professores para o ensino secundário ocorreu somente na década de 30 do século XX no estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo (BRASIL, 2009).

Foi com a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que foi instituída que a educação abrangeria processos de formação os quais envolvessem a vida familiar, a convivência, o trabalho e pesquisa, nos movimentos sociais e organizacionais da sociedade civil e das manifestações culturais nas instituições escolares de ensino. Esta Lei também tem o dever de determinar a disciplina e a educação escolar deve ser desenvolvida em instituições escolares (BRASIL, 1996).

Junto à ampliação do acesso da população à educação ocorridos nos anos 1990 foi desenvolvido o processo de empobrecimento da profissão, e assim os profissionais e as instâncias governamentais começaram a serem cobrados pelo que foi-lhe reconhecido: o rebaixamento da qualidade da educação. Essas cobranças se tornaram mais acirradas a partir dos anos finais de 1990 com a implantação da nova Lei das Diretrizes de Base da Educação (BRASIL, 2009).

Já nas considerações de Michele Guedes Bredel de Castro em seu artigo: *Uma retrospectiva da formação de professores: história e questionamentos* que corrobora com as ideias explanadas anteriormente sobre dados históricos da profissão docente realça que ao falar da formação de professores é falar de algo antigo ao mesmo tempo atual explorado e desconhecido tanto quanto fundamental

(CASTRO, 2006). Para a autora o debate sobre a profissionalização docente intensificou-se ao longo das décadas porque houveram iniciativas de reestruturar o currículo das escolas normais e dos cursos de pedagogia além de elevar a formação dos professores das séries iniciais ao nível superior (CASTRO, 2006).

Ao explicar sobre a história da profissão de professor, a autora retoma o período de 1549 que foi quando chegaram no Brasil os padres jesuítas e junto deles o início da história da educação no Brasil. A autora realça que durante dois séculos (XVI e XVII) os padres e jesuítas que foram praticamente os únicos educadores e eram capazes de transmitir sua integridade, patrimônio de uma cultura homogênea, única língua, mesma religião, mesma concepção de vida e ideias semelhantes ao de “homem culto” e foi através da obra da educação popular que ocorriam em pátios dos colégios e das aldeias que os Padres e Jesuítas se organizavam (CASTRO, 2006).

Ressalta Castro (2006) que durante 210 anos em que padres e jesuítas permaneceram no Brasil exerceram uma influência muito poderosa que foi registrada na formação da sociedade brasileira e assim foram se constituindo os principais e únicos mentores intelectuais e espirituais da colônia brasileira além de apresentarem um ensino dosado, dogmático, considerado até repetitivo, livresco e verbalista. Desta forma Eles exerciam um papel conservador o que nas considerações da autora era uma cultura “sem pensamento e sem substância” (CASTRO, 2006).

Não surpreendente nesta época, a educação feminina era muito restrita às boas maneiras e prendas domésticas, pois caberia a elite o trabalho intelectual segundo o modelo religioso seguido (CASTRO, 2006). Com relação aos professores, aqueles considerados adequados, os padres e jesuítas selecionavam com muito cuidado o material e exerciam um controle rigoroso sobre as questões apreendidas pelos professores em especial nas disciplinas de filosofia e teologia.

No século XVIII o trabalho educacional e de catequese começaram a entrar em decadência por causa da acusação de ser um empecilho para a conservação da unidade cristã e da sociedade civil, logo realça Castro (2006) que no ano de 1759 padres e jesuítas são expulsos do Brasil e foi desmanchado um sistema de ensino que demorou dois séculos para ser constituído.

A autora Castro (2006) realça que após a expulsão da companhia de “Jesus” (que eram chamados os religiosos como padres e jesuítas daquela época) e depois de dois séculos de predominância desses no âmbito do ensino inicia-se subtração da influência religiosa a partir do envio de professores régios, assim o controle do ensino passa da influência da igreja para um corpo de professores laicos, ou seja, sob o controle do Estado sem maiores modificações nas normas e valores originais da profissão docente, logo segundo a autora, o modelo de professor ainda era muito próximo do “modelo” de padre.

É compreensível nas considerações de Castro (2006) que as medidas da instrução escolar passaram a ser desenvolvidas de forma a unificar o sistema por meio de um método de definição dos conteúdos ensinados, como, a autorização e a proibição de livros além de estabelecer normas a serem seguidas pelas escolas, logo, compreende-se neste contexto a intenção de tornar o ensino homogêneo (CASTRO, 2006).

Apesar dessas características do ensino na profissão docente é levado a entender que a função de professor era algo inerente à moral aos costumes religiosos e que o professor era um religioso ou leigo porém capaz de transmitir um conhecimento doutrinador, contudo, é percebido nas considerações de Castro (2006), a emergência da modificação das funções de professor com o objetivo de organizar o sistema educacional que anteriormente sob a tutela da igreja aos quais se contrapõe a uma nova ideologia de um corpo docente recrutados pelas instâncias do poder estatal (CASTRO, 2006).

Ressalta a autora que as primeiras escolas de ensino mútuo instituídas no Brasil a partir do ano de 1820 havia a preocupação de preparar docentes instruindo-os mas, foi a partir da influência do pensamento iluminista que no plano pedagógico que se passou a acreditar na crença de que um país é aquilo que a educação imposta a ele o faz ser, assim foi formado a partir do contexto ideário de popularização do ensino as escolas normais (CASTRO, 2006).

Segundo a autora não houve a intenção de fornecer à formação do “mestre” o aprofundamento dos conteúdos pois a formação moral e religiosa já era muito destacada, ressalta ainda que as primeiras escolas normais foram destinadas apenas aos homens excluindo as mulheres e enfatiza que esta exclusão do saber

era refletida no currículo o qual, para a mulher, era reduzido e diferenciado, portanto é visto que a mulher era identificada com vistas ao domínio dos trabalhos domésticos (CASTRO, 2006).

É percebido no artigo de Castro (2006) que durante todo o século XIX foi firmada a diferenciação dos currículos das escolas primárias femininas e das seções femininas das escolas normais em que disciplinas consideradas das áreas das exatas eram ausentes (CASTRO, 2006). Pode-se falar em um currículo unificado somente no final do século XIX com a prática da co-educação, isto é, um momento em que o número de mulheres começou a superar o número de homens.

Foi na década de 1920 que ocorreu uma preocupação com a problemática educacional, a divulgação dos princípios e fundamentos da proposta pedagógica de caráter humanista começaram a fundamentar as reformas estaduais tanto do ensino primário quanto do ensino normal o que ofereceu elementos para certa revisão crítica de padrões consistentes das escolas normais que existiam nesta época (CASTRO, 2006).

A partir do ano de 1930, ressalta a autora que o Brasil passou por muitas transformações tanto na política, quanto na economia e na sociedade. Destacou neste período os “intelectuais educadores” pois lutaram pela expansão da escolaridade, ressalta a autora que os pioneiros da educação já vinham lutando desde a década de 1920 por uma escola pública e gratuita com acesso a todos, não obstante o que predominava era a manutenção de escolas de ordem religiosa as quais mantinham escolas que deveriam ser pagas – privadas (CASTRO, 2006).

Para finalizar as considerações da autora Castro (2006) realça que a partir do ano 1996, que o curso de magistério foi transformado em uma habilitação específica para o nível básico e de segundo grau. Tal modificação conseguiu extinguir a formação dos professores regentes o que descaracterizou a estrutura anterior do curso, portanto a formação para professor na docência nas quatro primeiras séries do ensino “de primeiro grau” começou a ser realizada via habilitação profissional sendo que o currículo do curso de magistério deveria apresentar um núcleo comum e passou a ser obrigatório nacionalmente.

Logo, para concluir as considerações trazidas por Castro (2006) conclui que a partir da publicação da Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional ocorreu o desaparecimento da Escola Normal em nível secundário e surgiu uma nova formação para professores: As escolas Normais Superiores. A formação de especialistas – professores – passou para o curso, exclusivamente de pedagogia, que foi instituído no Brasil no ano de 1939, mas a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para este curso só ocorreu em 15 de maio de 2006 (CASTRO, 2006).

Nóvoa, (2009) respeitado autor, tece que após quarenta anos de invisibilidade profissional pode ser assistido certa lentificação no progresso da profissão docente no palco das profissões, para o autor a importância da profissão não esteve em pauta na sociedade a qual debruçava-se a outros problemas como a racionalização do ensino, esforços para prever, planificar e controlar, porém enfatiza que somente nos anos de 1980 que apareceram reformas educativas consideradas amplas pelo autor (NÓVOA, 2009).

O autor considera que foi no ano de 1990 que foi dedicado a atenção mais especial para as organizações escolares ao seu funcionamento a sua administração e gestão (NÓVOA, 2009). O autor ainda ressalta que ocorreu a construção de uma nova pedagogia sobretudo de métodos de trabalho que colocam de maneira definitiva um modelo unificado.

O autor expõe que no início do século XXI os professores aparecem novamente mas desta vez como elementos insubstituíveis e não é só na promoção das aprendizagens, mas também na construção de processos que incluem e respondam aos desafios da diversidade e do desenvolvimento dos métodos mais apropriados para ensinar e da utilização de novas tecnologias (NÓVOA, 2009).

4.1 A mulher na docência

Agora é iniciada uma discussão sobre a predominância da mulher no campo da docência levando em conta fatores identitários. A partir das especificações de Almeida (1996), a ênfase da mulher na docência no Brasil iniciou no princípio do século XX: ou devido às lutas das feministas, ou foi um produto da retirada do

homem desse campo de trabalho por causa dos baixos salários (ALMEIDA, 1996).

A autora descreve, como exemplo, que através da inauguração da seção feminina da escola normal em São Paulo sendo esta a primeira destinada às jovens sem poder aquisitivo ou órfãs – sem dotes financeiros – às quais era improvável o sonho de casar-se; sonho este apoiado numa solução econômica para suas vidas (ALMEIDA, 1996).

Se o sonho de se casar era difícil, essas moças precisavam conseguir um meio de sustento proporcionando para si uma profissão digna mas de acordo com o ideal feminino; segundo a autora, portanto, tornar-se professora era uma representação das funções domésticas, como por exemplo, instruir, educar crianças perante o mascaramento da função e da vocação intrínseco à mulher, o que significava um modo aceitável de sobrevivência onde o trabalho remunerado consumia ante a docência (ALMEIDA, 1996).

Esta identidade de “mulher do lar” perante a identidade de “professora” é nítida quando a autora coloca que ser professora também é, paralelamente, ser a mulher do lar, já que o exercício profissional no início do século XX regulamentou-se por apenas meio período, sendo assim possível ser professora, esposa e mãe. Isto é levado a entender que ainda de alguma forma a saída da mulher do lar para o mercado de trabalho era inviabilizada (ALMEIDA, 1996).

Percebe-se em relação as considerações de Almeida (1996) que a identidade do indivíduo já aparece na medida em que ele se identifica com determinada ocupação; ocupação esta possível no momento presente de sua vida e isto fica evidente quando Almeida (1996) cita o exemplo da inauguração da seção feminina na escola normal em São Paulo que foi destinada às jovens de menor poder aquisitivo e que precisavam de um meio laboral para sustentar-se, ou seja, assim que o indivíduo se identifica com aquilo que é possível para si enquanto profissão, a sociedade coloca as possibilidades para que sua identificação seja possível realizar-se.

Aprofundando mais sobre a mulher na docência, é trazido as considerações de Louro, (1997) de seu livro: *Gênero sexualidade e educação* e nas palavras da autora:

Ora, respondem imediatamente alguns/as, a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres — elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas. Além disso, discursos pedagógicos (as teorias, a legislação, a normalização) buscam demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares, devem estar embasadas em afeto e confiança, devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu próprio processo de formação. Em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas deve guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes (LOURO, 1997 p.88)

A autora afirma que há diferenças nas práticas sociais e nas instituições como um todo bem como questiona se há gênero, classe ou raça na instituição escolar. Ressalta que algumas escolas são predominantemente femininas, porque, primordialmente, é um lugar de laboração das mulheres – elas se organizam e ocupam o espaço, “elas são as professoras,” a atividade escolar é marcada pelo cuidado, vigilância, educação: tarefas tradicionalmente reconhecidas como femininas (LOURO, 1997).

A autora salienta que o discurso pedagógico, e que a normalização deste, busca demonstrar que a relação e a prática escolar na docência deve estar embasada no afeto e na confiança e devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu processo de formação. Nessas relações e práticas das “agentes educativas” - professoras - devem guardar a semelhança com as atitudes de mulheres do lar, educadoras de crianças e adolescentes (LOURO, 1997).

Através das considerações de Louro (1997) pode-se perceber que a identidade feminina que era direcionada ao cuidado com o lar, vigilância, cuidado com crianças e adolescentes tradicionalmente conhecida como tarefas femininas foi direcionada com as mesmas características para o campo docente. Estas tarefas tradicionalmente femininas eram assim entendidas na sociedade como algo inerente a mulher, o que de alguma forma facilitava o processo de identificação (LOURO, 1997).

A autora discute a questão: a escola é masculina? Isto não poderia ser afirmado só porque a escola lida com o conhecimento, que historicamente foi produzido por homens e anteriormente a profissão docente foi compreendida como uma prática masculina, esta questão seria uma simplificação ou um reducionismo nas palavras da autora porque a escola não trata apenas do conhecimento, mas

também lida com um conjunto de fatores históricos, morais, sociais e culturais (LOURO, 1997).

É possível, portanto, para Louro (1997) considerar que as “agentes do ensino”, podem ser mulheres e que elas ocupam um universo que foi marcado pela prática masculina, porque a seleção, produção e transmissão do conhecimento eram inicialmente masculinos nas considerações de Louro (1997).

Um ponto muito importante que Louro (1997) corrobora e que fica em evidência, é que a escola é atravessada por “gêneros”, e é impossível pensar sobre a instituição escolar em si sem refletir sobre as construções sociais do conceito de gênero e daquilo que se considera uma identidade masculina e feminina.

A autora refere-se a um pouco da história escolar, ressaltando que a escola foi atribuída em diferentes momentos: primeiramente da produção do cristão, como já descrito no primeiro tópico deste capítulo, num segundo momento do cidadão responsável, dos homens, e das mulheres virtuosas, das elites condutoras, do povo sadio e operoso. Para a autora na medida que a instituição escolar ganhava espaço e importância, a sociedade passava a colocar na escolarização uma atenção especial e isto representou um olhar disciplinador para aqueles que deveriam fazer a formação: os professores (LOURO,1997).

Ao levar em consideração a história da instituição escolar e a docência, a autora evidencia que primeiramente, no processo educativo, instalou-se o “mestre exemplar” o qual tornou-se responsável pela conduta dos alunos, cuidando para que eles carregassem o conhecimento para além da escola – no comportamento e na virtude – apreendidos na instituição escolar. O mestre portanto, um homem, seria um exemplo a ser seguido (LOURO, 1997).

Para Louro (1997), no Brasil, a docência era reconhecida como campo de emergência que predominava as mulheres e esta profissão passou a ser tomada como uma atividade mais feminina do que masculina, logo é possível compreender que a identidade de algumas mulheres as quais migravam para docência foi se modificando ao mesmo tempo em que percebia que havia na profissão de docente características as quais eram possíveis de serem enxergadas inerentes à sua própria identidade.

Louro (1997) considerava que o casamento e a maternidade foram inerentes

um fragmento significativo de mulheres, ou seja, elas identificavam que o casamento e a maternidade eram ligados à sua identidade, fazendo compreender que ambos constituíram a “carreira da mulher” por algum tempo diante à sociedade (LOURO, 1997).

Nas considerações de Louro (1997) a docência em si, assim que ocorreu a feminização da profissão de professor, precisou obter atributos tradicionalmente reconhecidos às mulheres como: cuidado, sensibilidade, zelo. Logo, confere-se que esses atributos designava a identidade de mulher “do lar” passou a designar então a identidade da mulher professora (LOURO, 1997).

E para concluir as considerações que enriqueceram este Trabalho, trazidas por Louro (1997), foi aos poucos, após o movimento feminista e até os tempos atuais, que a instituição escolar ganhou espaço para argumentação em favor da inclusão feminina, isto afeta as características da profissão docente, onde inicialmente ocorreu a entrada da mulher neste campo de trabalho enquanto professora, e posteriormente, favoreceu a feminização da profissão (LOURO, 1997).

Agora, trazendo considerações de Ione Ribeiro Valle, de seu artigo – *Da “identidade vocacional” à “identidade profissional”, a constituição de um corpo docente unificado* traz esclarecimentos de que, desde o século XX, as escolas consolidam um modelo de identidade social e este modelo ocorre sem que o indivíduo tenha consciência de sua existência e o contexto social tem o poder de ajusta-lo e controlá-lo. A mulher é considerada e associada à atividade de ensinar devido a este modelo de identidade social: para a mulher é atribuído a vocação de ensinar e ser professora, (VALLE, 2002) aqui mais especificamente no ensino fundamental, como citado no primeiro capítulo, as mulheres predominam mais o campo da docência nesta modalidade de ensino.

Ainda no artigo de Valle (2002), observa-se que as atividades profissionais reservadas para as mulheres, a docência, ainda continuam relacionadas à esfera doméstica e confere à mulher a posição social “subalterna” que a afasta da esfera pública e afirma sua identidade enquanto submissa geradora de sentimento de acomodação e conformismo, sendo assim percebido através das considerações da autora que a docência ainda é vista mais sob a ótica da passividade do que da independência de um segmento significativo de mulheres (VALLE, 2002).

Para enriquecer as definições sobre a mulher no campo da docência salienta-se sobre o artigo: *O sexo e o gênero da docência* escrito por Cláudia Viana. A autora explica que a primeira decorrência de tornar a docência predominantemente feminina, ou seja, a feminização da docência, indica que a expressão “sexo da docência” foi articulada a partir de uma reprodução de pré-conceitos que pereniza práticas e atitudes de discriminação que foram (e são) fundamentadas no sexo (VIANNA, 2001).

É através dessas condutas de discriminação fundamentadas apenas no sexo do indivíduo que são chamada as práticas sexistas e para a autora (VIANNA, 2001) o processo de feminização da docência é associado às condições ruins de trabalho, ao rebaixamento salarial e ao conjunto relacional de diferenças levando em conta aspectos de gênero, aqui especificamente na docência, logo, uma reprodução de estereótipos por parte da escola (VIANNA, 2001).

Atualmente, o contínuo processo de arroxo salarial e as precárias condições de trabalho – que caracterizam igualmente tantas outras ocupações femininas – são características ainda muito presentes na docência e retratam um quadro de desencanto muitas vezes encarado como irreversível pelos professores (VIANNA,2001, p.09)

A autora, Vianna (2001) também expõe que existem pressupostos de gênero na docência e que estão relacionados aos significados do que é identificado feminino e do que é identificado masculino.

A autora ainda revela que os significados de uma identificação de feminino e masculino no campo da docência baseia-se nas diferenças sexuais mas não somente neste requisito, mas indicam uma construção social em relação a história do indivíduo e é nesta construção social, segundo a autora, que é possível analisar a relação de poder entre mulheres e homens que acabam dividindo ambos ao ingressarem em suas profissões (VIANNA, 2001)

A autora ainda aprecia que um fragmento significativo de mulheres foram associadas ao ingresso de profissões historicamente definidas e valorizadas como femininas porque essas profissões possuíam características consideradas femininas, e cita como exemplo que as tarefas domésticas como o cuidado com o lar, com os filhos, o zelo, e a sensibilidade são características inerentes à mulher e à carreira de professor (a) e este fator passou a ser a base deste ingresso profissional

por parte da mulher (VIANNA, 2001).

4.2 Fatores identitários da profissão docente

A partir dos conceitos aqui reunidos, percebendo que os autores citados têm mais pontos em comum do que incomum, o mais importante e reconhecido neste trabalho foi a predominância da mulher enquanto docente apresentado nos dados da pesquisa da Unesco (2004) e no portal do MEC (BRASIL, 2009) especificamente no ensino fundamental em Minas Gerais que subsidia conferir que há maior representatividade de mulheres no campo da docência no ensino fundamental, em nível nacional e em Minas Gerais, do que homens.

O conceito de identidade e diferença foi a lente teórica que possibilitou compreender sobre a mulher na docência ressaltando que a identidade e diferença podem ser vistas sob a ótica da linguagem e os indivíduos são produtores dessas no contexto sociocultural (SILVA, 2000). Os conceitos abordados pelas autoras Louro (1997) Valle (2002) e Vianna (2001), Almeida (1996), melhoraram a compreensibilidade sobre o conceito de gênero bem como sobre a inserção e prevalência de uma amostra significativa da mulher na docência. Agora, será abordado os fatores identitários que levaram um significativo fragmento de mulheres a identificar-se com a profissão de professora.

Pode-se inferir que a partir das considerações de Silva (2000), que a identidade é produzida num contexto social e cultural isto é ilustrado no âmbito nacional no que se refere a incidência de professores e professoras no ensino médio em todo o País, isto é, um fragmento significativo e aproximado de mulheres representadas em 64,4% no ensino médio, e 35,6% de homens nesta mesma modalidade de ensino (BRASIL, 2007). A partir destes dados pode-se conferir ainda que o fator identitário relacionado à profissão de professor (a) é inerente e acentuado em um fragmento significativo de mulheres.

Ao levar em conta o mesmo fator identitário percebe-se que Louro (1997) corrobora que a escola é atravessada por “gêneros” e que deve-se pensar na

instituição escolar a partir da ótica social um exemplo disto é destacado quando se demonstra os dados do portal do MEC onde encontra-se aproximadamente 82,51% de mulheres no ensino fundamental no Brasil em contrapartida aproximadamente 18,79% é a representação dos homens nesta mesma modalidade de ensino (BRASIL, 2007). Este exemplo também ilustra um contraste do passado com o momento presente onde a escola inicialmente segundo Castro (2006), era predominada por Padres e Jesuítas, ou seja, os homens os quais eram responsáveis pela transmissão do conhecimento.

O fator identitário também não foi diferente em Minas Gerais, pois verifica-se ao longo da pesquisa que, o mesmo que ocorre no Brasil ocorre em Minas Gerais, a incidência de um fragmento significativo do número de mulheres na profissão de professor (a). Um exemplo pode ser destacado e representado em aproximadamente 86,47% de um segmento significativo de mulheres na profissão de professor (a) no ensino fundamental e 12,53% representados aproximadamente por homens na mesma modalidade de ensino. (BRASIL, 2009).

Isto faz inferir que a partir das considerações de Bauman (2005) sobre a flexibilidade e dinamismo da identidade do indivíduo, confere portanto, que a identidade de uma parcela significativa de homens passou por modificações ao longo dos séculos visto que sua incidência na profissão docente mais diminuiu do que aumentou, ou seja, um segmento significativo de homens passaram a buscar outras profissões que não fosse a de professor.

Verifica-se também que segundo Castro (2006), ao retomar o período de 1549 retoma também que primeiramente foram os padres jesuítas “(companhia de Jesus)” os educadores capazes de transmitir conhecimento, por isso se confere que a identidade de uma parcela significativa de homens foi se modificando: se num primeiro momento eram os homens que poderiam ser os educadores, ao longo dos séculos, com o acesso da mulher à educação e com a busca de uma profissão que fosse inerente ao ideal feminino uma porção significativa de mulheres identificou características inerentes a profissão de professor (a) às suas próprias características, isto pode ser ilustrado nas considerações de Silva (2000) onde realça que a identidade e a diferença está no discurso do indivíduo o qual é fruto de uma composição social e cultural que é inserido, ou seja, os indivíduos apropriam de

características através daquilo que é possível afirmar e construir para si (SILVA, 2000).

Visto que a representatividade de mulheres na profissão de professor (a) em Minas Gerais é aproximadamente 67,49% no ensino médio e que os homens são representados por aproximadamente 32,51% nesta mesma modalidade de ensino, pode-se conferir que a diferença entre mulheres e homens na profissão de professor (a) é mais incisiva no ensino fundamental do que no ensino médio (BRASIL, 2007).

A partir desses dados que pode-se conferir que se por um lado uma porção significativa de mulheres incidem em maior parte tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, percebe-se por outro lado que a diferença desta representatividade é menor no ensino médio (UNESCO, 2004).

Percebe-se portanto que ao mesmo tempo que um segmento significativo de mulheres passou a identificar-se com a profissão de professor (a) outra parcela significativa de homens passou a deixar de se identificar professor, isto pode ser conferido quando Bauman (2005), sobre a contextualização da identidade através das mudanças que ocorreram na modernidade, realça que a identidade não pode ser coisa muito menos algo firme e fixado porque se assim o fosse poderia tornar-se um fardo que limitaria a liberdade de escolha do indivíduo (BAUMAN, 2005).

É conferido portanto, através dos conceitos até aqui reunidos, que houve e há modificações no fator identitário de mulheres e homens, especificamente na profissão de professor (a), enquanto um segmento significativo de mulheres identifica-se mais na profissão de professor (a), outra parte significativa de homens não mais identifica-se nesta mesma profissão e isto pode ser demonstrado nas considerações de Nóvoa (2007), o autor realça que há um ciclo na profissão de professor (a) e o progresso na carreira pode ser ou não linear e que mulheres e homens exploram papéis os quais identificam-se (NÓVOA, 2007).

Percebe-se que a divisão de mulheres e homens ao ingressarem numa profissão, realçado nas considerações de Vianna (2011), relembra o conceito de identidade e diferença, descritos no segundo capítulo por Silva (2000), porque é na relação de diferença que ocorre esta divisão de mulheres e homens. A identificação com aquilo que o indivíduo considera o que pode afirmar para si mesmo, por exemplo, algumas mulheres na medida que se afirmaram na profissão de professora

se negaram a outra profissão.

A identidade sofre mudanças na vida dos indivíduos assim como o autor Bauman, (2005) tece no capítulo anterior. Isto faz entender que assim como ocorreu mudanças na profissão docente também ocorreu mudanças com uma amostra significativa de mulheres e homens em relação a sua maneira de identificação com suas profissões. Um exemplo é trazido aqui para ilustrar uma forma de identificação já mencionadas neste trabalho: algumas mulheres identificam-se como profissionais no campo da docência revelando alguns atributos identificados na sociedade como femininos que são: o cuidado, a sensibilidade, o zelo e a passividade (Louro, 1997).

Percebe-se portanto que um segmento significativo de mulheres e homens, ao assumirem uma identidade profissional ou uma identidade de vida, assumem atributos que foram historicamente impostos pela sociedade e isto corrobora com que Silva (2000), realça sobre a compreensão de identidade e diferença dentro de um sistema de significados que adquirem sentido e são contextualizados numa sociedade e numa cultura por meio da linguagem.

É trazido nas considerações de Valle (2002) que existe na profissão docente a emergência de uma nova identidade, para tentar evidenciar nesta categoria profissional, uma identificação que se qualifique e presuma independência e o reconhecimento do profissional docente e da atividade de ensinar (VALLE, 2002).

Segundo a autora o olhar atual sobre a docência incorpora elementos que definem fortemente a rejeição tradicional de divisão de papéis sexuais e leva em conta aspectos sociais e culturais, que não podem ser reduzidos a práticas sexistas (com foco apenas nas diferenças sexuais) e sim levar em conta a relação de um indivíduo para o outro considerando a diferença de gênero e o quanto este conceito carrega uma rica bagagem teórica e que leva em conta fatores não só biológicos, mas sociais, históricos e culturais.

A autora ainda realça que, atualmente, é observado o esforço em valorizar as funções domésticas, moralmente e economicamente. O acesso da mulher à autonomia financeira proporcionada pelo trabalho remunerado produz mudança no modelo familiar o qual adapta-se ao modelo profissional (VALLE, 2002).

A autora realça ainda que mesmo que a profissão docente não seja resultado de uma escolha pessoal anteriormente definida, existe uma conciliação das funções

domésticas e profissionais, logo conclui que a identidade feminina não está concretamente inscrita na esfera doméstica, nas palavras da autora (VALLE, 2002):

Ainda que se observe hoje todo um esforço de (re)valorização das funções domésticas (tanto de ordem moral quanto econômica), o acesso crescente das mulheres a uma relativa autonomia financeira possibilitada pelo trabalho assalariado, assim como a invenção – mesmo parcial ou recente – de novas formas de vida privada e de novas relações com os homens, têm produzido uma verdadeira mudança no modelo familiar que procura adaptar-se cada vez mais ao modelo profissional. Embora não resulte de uma escolha pessoal consciente nem de uma alternância entre as diferentes funções exercidas, mas do acúmulo ou conciliação de funções domésticas e profissionais, a identidade feminina não está mais circunscrita apenas à esfera doméstica (VALLE, 2002. p.214).

É observado que a construção de uma identidade profissional, ao analisar o sistema brasileiro de ensino, está ligada ao fenômeno da profissionalização que foi implementado pelas reformas da educação no regime autoritário (VALLE, 2002).

Este evento compreende as dimensões burocráticas e a elevação dos níveis de formação do corpo docente. A autora considera que a carreira profissional de docente vai tornando-se de alguma forma indispensável para a realização pessoal e possibilitando a construção de espaços de identificação que tornam-se prioritários e valorizam as competências que foram pouco reconhecidas no campo da docência (VALLE, 2002).

Verifica-se, nas considerações de Valle (2002) que a profissão docente assim como as funções domésticas passaram pela valorização profissional e moral o que pôde oferecer a uma parcela significativa de mulheres certa emancipação financeira, ou seja, elas podem ver sob outra ótica a profissão docente fazendo entender que sua identidade não está por completo inscrita e reduzidas apenas as funções domésticas. Isto realça novamente sobre a identidade, onde Bauman (2005) coloca que se a identidade for coesa e firmemente fixada seria um fardo e uma repressão à escolha do indivíduo e isto corrobora para as considerações de Valle (2002) que tece que a identidade feminina não está concretamente inscrita na esfera doméstica, o que faz compreender que a identidade uma porção significativa de mulheres ainda pode ser modificada, assim como já se modificou.

A docência é uma profissão que segundo Louro (1997) foi feminizada, isto é – adquiri um caráter feminino, e também foi valorizada moralmente e

profissionalmente. Para Valle (2002) isto possibilita inferir sobre uma carreira profissional tanto para mulheres quanto para homens.

Ao inferir sobre a “carreira profissional” de professor, o Autor António Nóvoa em seu artigo *“Tendências gerais do ciclo de vida dos professores”* ressalta que há muitas formas de estruturar o ciclo de vida profissional dos professores e que o progresso de uma carreira é um processo que pode ser encontrado de maneira linear ou não, ou seja, um professor poderá se identificar, explorar seus papéis e se estabilizar na profissão docente, ou encontrar outros caminhos que melhor se identifica seguir na formação profissional (NÓVOA, 2007).

Novamente percebe-se que a reunião de autores realizada no segundo capítulo que realçam sobre o caráter dinâmico da identidade, agora é realçado aqui na profissão docente levando a entender que não só um fragmento significativo de mulheres se identificam com a profissão de professor (a) mas que a própria profissão de professor (a) possui traços que possibilita esta identificação (VIANNA, 2001) de cunho dinâmico, ou seja, a profissão e os indivíduos podem sofrer modificações ao longo do tempo.

Isto pode ser exemplificado no contexto histórico da profissão de professor (a) (CASTRO, 2006) quando um segmento significativo de mulheres que anteriormente não tinham a possibilidade de estudar, dificilmente identificariam com uma atividade remunerada fora do “lar” e das atividades domésticas.

Posteriormente, com os avanços dos séculos, as possibilidades de trabalho para as mulheres aumentaram, e uma parcela significativa de mulheres passaram a identificar-se com a profissão de professor (a) mais especificamente no ensino fundamental (BRASIL, 2009) e assim fez tornar possível a escolha desta profissão.

Conferindo os conceitos reunidos do autor Nóvoa (2007), este, aprecia uma definição sobre a exploração: que é a experiência de investigar papéis oferecidos por um determinado cargo. Isto corrobora com os conceitos sobre a identidade trazidos por Bauman (2005) no capítulo anterior onde realça que a identidade é negociável e revogável, em relação as decisões tomadas pelo indivíduo, isto é, o indivíduo também passa pela experiência de investigar os papéis oferecidos para si mesmo diante a sociedade.

Outros exemplos também podem ser aclarados no que tece Louro (1997) e

Valle (2002) sobre a entrada da mulher na profissão docente e sua conciliação com as tarefas domésticas mostrando um caráter dinâmico tanto da identidade da profissão quanto da identidade de mulher enquanto dona de casa e profissional se permitindo mudanças as quais identificam-se.

Para que então possa-se concluir todas as discussões e conceitos trazidos à luz das contribuições teóricas realizadas até aqui, é percebido que um segmento significativo de mulheres identificaram com a profissão docente de acordo com o que foi imposto nos seus contexto sociocultural e que esta identidade de uma parcela significativa de mulheres modificou-se ao longo dos séculos e ainda está se modificando. Quanto mais o tempo passa mais possibilidades de mudanças surgem à luz da identidade de cada indivíduo.

5 CONCLUSÃO

Até aqui, de acordo com a reunião de conceitos advindas de autores que compartilham do mesmo pensamento, pode-se conferir que a predominância de um segmento significativo de mulheres no campo docente não ocorreu juntamente com a edificação da instituição escolar, pois foram inicialmente um segmento significativo de homens que evidenciavam este campo enquanto “o mestres e portadores da sabedoria”.

Por outro lado uma parcela significativa de mulheres procuraram lutar por um lugar no mercado de trabalho o qual não saísse do ideal feminino, mas que lhe trouxesse emancipação financeira e conciliação com as atividades domésticas e encontrou na profissão docente um caminho para esta emancipação.

Pode-se conferir que a identidade de uma porção significativa de mulheres ao longo dos anos também foi se modificando. Não foram todas as mulheres que possuíam algum fator identitário que pudesse ser enxergado na profissão de professora, mas pôde-se confirmar que boa parte da população de mulheres brasileiras e de Minas Gerais, de alguma forma, se identifica com a profissão docente, especificamente no ensino fundamental.

Percebe-se que a sociedade como um todo coloca para os indivíduos muitas opções as quais o indivíduo, por meio de suas escolhas, começam a se identificar ou não se identificar. Historicamente a sociedade colocava para a mulher, em geral, certa submissão como por exemplo: inicialmente, e muito marcante, a mulher tinha como “profissão” o casamento e os cuidados com o lar, fazendo entender que estava submetida as escolhas do marido o que remete ao entendimento de que a maioria das mulheres eram submissas.

Ao longo dos séculos ocorreram muitas modificações, tanto na forma de identificar-se quanto no âmbito das profissões de forma geral. A docência, especificamente, passou a ser uma profissão a qual prevalecia o número de mulheres e não o número de homens, isto faz compreender que um segmento significativo de mulheres ao longo dos séculos passaram por uma modificação identitária no que tange suas escolhas profissionais.

Não foi o objetivo deste trabalho dizer que a profissão de professor foi

feminizada, mas sim chegar responder a questão: porque tantas mulheres prevalecem o campo da docência, em especial no ensino fundamental em Minas Gerais, e depois da leitura de vários autores, e da escolha da vertente teórica – identidade e diferença - foi percebido que existiram e existem fatores identitários que são determinados pela sociedade e pelo ambiente cultural e que isto foi dado como fator principal que contribuíram muito para a prevalência de um segmento significativo de mulheres na profissão de professor.

A hipótese inicialmente apresentada corrobora com a questão problema que se tornou eixo central desta monografia. O resultado desta pesquisa relaciona-se com o que é tratado na questão: Porque as mulheres prevalecem o campo da docência em Minas Gerais? Porque ao longo dos séculos, existiram e existem – como já mencionados – fatores identitários impostos ou determinados pela sociedade que levam os indivíduos fazerem as escolhas que são melhor apropriadas para si mesmo. Neste caso, entende-se que para um fragmento significativo de mulheres existem fatores inerentes a sua identidade que as proporcionam a escolha de serem professoras, fatores esses que também se modificaram ao longo dos séculos, assim como a sociedade também se modificou, e que a escolha de ser professora possui um caráter identitário o qual é enxergado na profissão docente de forma mais acentuada no ensino fundamental o que corrobora e complementa a hipótese apresentada na introdução deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher na Educação: a paixão pelo possível**. São Palo: Ed UNESP, 1998. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?selectaction=&co_obra=17931 Acesso em 06/2015.

BAUMAN, Zygmunt, 1925: Identidade: Entrevistaa Benedetto Vecchi Zygmunt Bauman: Tradução: Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005

BRASIL, LEI nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL, 2009. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do **Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

BRASIL, 2009. Ministério da educação. Salto para o futuro. TV escola. 2009. Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto>. Acesso em: 01/2016.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. Uma retrospectiva da formação de professores: história e questionamentos. VI seminário: Regulação Educacional e Trabalho Docente UERJ- Rio de Janeiro, 2006. Disponível: www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/uma_retrospec_form_prof.pdf

COSTA, Frederico Alves. **Igualdade e diferença**. Disponível em: <http://moodle.gdeufmg.com.br/mod/resource/view.php?id=11>, Acesso em: 11/2014.

Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2009 Disponível em <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>. Acesso em: 07/2015.

FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. **Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre a formação de professores**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, SP. Vol 15 nº1 2011. Disponível em: www.puc-campinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic2009/resumos/%7BA093EA8B-0030-42CA-8EB0-D33614E74205%7D.pdf Acesso em: 11/2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Cap.4 p.29 5ª edição. Atlas, 2010.

HALL, Suart. **A identidade cultural da pós modernidade** In: Identidade cultural na pós modernidade PD&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro. Traduzido por: LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz da.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero na Docência Cap. 4 p.88-110**. In. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique; KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: Guia prático**. Ita-buna: Via Litterarum, 2010

MISKOLCI, Richard. **Uma definição de gênero**. In: Marcas da diferença escolar. São Carlos: EduFSCar. 2010

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Instituto de Educação; Universidade de Lisboa, 2009

NÓVOA, António. **Tendências gerais do ciclo de vida dos professores**. In: Vidas de Professores. Editora: Porto editora, Portugal, 2007. Coleção: Ciência da educação.

SCOTT, Joan. *A useful category of historical analyses*. **Gender and the politics of history**. New York. Columbia University Press. 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf acesso em: 04/2015

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. In: Identidade e diferença. Org: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2000.

VALLE, Ione Ribeiro. Da “identidade vocacional” à “identidade profissional” a constituição de um corpo docente unificado. Florianópolis, v.20, p.209-230 jul/dez.2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10285>. Acesso em: 08/2015.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. Cadernos pagu. P.81-103 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf> Acesso em: 09/2015

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. Sao Paulo: Moderna, 2004.